



## NOTA DE ADMISSIBILIDADE

**Petição n.º 266/XV/2.<sup>a</sup>**

**ASSUNTO: Equiparação do IRS para pensionistas não residentes ao IRS para pensionistas residentes**

**Entrada na AR: 25 de janeiro de 2024**

**Nº de assinaturas: 4**

**Primeiro Peticionário: Alberto Henrique Neves de Almeida**

## Introdução

A [Petição n.º 266/XV/2.<sup>a</sup>](#) “Equiparação do IRS para pensionistas não residentes ao IRS para pensionistas residentes”, deu entrada na Assembleia da República a 25 de janeiro de 2024, nos termos do estatuído na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de março, Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, Lei n.º 51/2017, de 13 de julho (com a redação da Declaração de Retificação n.º 23/2017, de 5 de setembro) e Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro (com a redação da Declaração de Retificação n.º 48/2020, de 30 de novembro), adiante designada por [Lei do Exercício do Direito de Petição](#) (LEDP).

Trata-se de uma petição exercida coletivamente, nos termos do estatuído no n.º 3 do artigo 4.º da referida LEDP.

A petição deu entrada na XV Legislatura e foi despachada, pelo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Adão Silva, a 31 de janeiro de 2023, à Comissão de Orçamento e Finanças, com vista à sua tramitação, nos termos definidos por lei.

Por força da dissolução da Assembleia da República, em 15 de janeiro de 2024, a tramitação da petição ficou suspensa, tendo sido retomada na presente Legislatura, pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), nos termos do artigo 25.º da LEDP.

### I. A petição

Através do instrumento conferido pela LEDP, o primeiro peticionário defende que existe injustiça no tratamento fiscal das pensões auferidas por reformados, em função da sua qualidade de residentes ou não residentes em Portugal, com as pensões relativas a 2022 auferidas por residentes, a beneficiarem de isenção de tributação e de dispensa de entrega de declaração de rendimentos, até ao limite correspondente até ao valor mínimo de existência, enquanto as auferidas por não residentes, são sujeitas a taxa autónoma de 25%, independentemente do rendimento apurado.

Baseado em preceitos constitucionais, entre os quais se salienta o princípio da igualdade, solicita a revisão da legislação aplicável com vista à aplicação de isenção de IRS aos portugueses não residentes cujas pensões não sejam superiores ao valor mínimo de existência, assim equiparando o tratamento fiscal dos rendimentos auferidos por residentes e não residentes.

## II. Análise da petição

O objeto da petição está especificado e estão presentes os requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da LEDP, quanto à forma da petição e tramitação das petições dirigidas à Assembleia da República, respetivamente.

De acordo com o n.º 5 do artigo 17.º da referida lei, a Comissão deve deliberar sobre a admissão da petição, nomeadamente apreciando se ocorre alguma das causas legalmente previstas que determinam o seu indeferimento liminar (artigo 12.º da LEDP). Não se verificando nenhuma das causas de indeferimento liminar, propõe-se a admissão da presente petição.

## III. Tramitação subsequente

Sendo admitida a petição, uma vez que esta se encontra subscrita por 4 peticionários:

1. De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da LEDP, não é necessário proceder à publicação da petição, na íntegra, no Diário da Assembleia da República.
2. Nos termos do estatuído no n.º 1 do artigo 21.º da LEDP, não é obrigatória a audição dos peticionários.
3. De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da LEDP, não é obrigatória a apreciação da Petição em Plenário, nem a realização de debate em Comissão, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 24.º-A da LEDP.
4. Nos termos do n.º 5 do artigo 17.º da LEDP, não é obrigatória a nomeação de Relator. Caso a Comissão decida não nomear um relator, de acordo com o previsto no n.º 13 do mesmo artigo, o processo de apreciação da petição fica concluído com a aprovação da nota de admissibilidade. Caso seja assim decidido, sugere-se que seja dado conhecimento da petição: (i) aos Grupos Parlamentares (GP) e Deputada Única Representante de Partido (DURP) do PAN, com vista à eventual apresentação de projeto de lei ou de resolução contendo medida legislativa ou recomendação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º da LEDP e (ii) ao Ministro das Finanças, através do Primeiro-Ministro, para eventual medida, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 19.º da LEDP;
5. Sendo nomeado um Relator, a Comissão tem os poderes consignados no artigo 20.º da LEDP, entre os quais se salientam solicitação de informação e documentos a várias entidades (cf. n.º 1).

Tendo em consideração a natureza do tema desta petição e sem prejuízo de outras consultas que se reputem de pertinentes, sugere-se que seja endereçado pedido de informação à Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

Por fim, sendo nomeado relator, de acordo com o n.º 9 do artigo 17.º da citada Lei, a Comissão deverá aprovar o relatório final, no prazo de 60 dias a partir da admissão da petição, descontando os períodos de suspensão de funcionamento da Assembleia da República.

#### IV. Conclusão

1. A petição em apreço deve ser admitida.
2. Uma vez admitida a petição, não é obrigatório nomear um Deputado relator. Nesse caso, o processo de apreciação da petição ficará concluído com a aprovação da nota de admissibilidade, sugerindo-se que seja dado conhecimento da petição aos GP, DURP do PAN e Ministro das Finanças, para os fins que considerem convenientes.
3. Não obstante o exposto no ponto precedente, caso a Comissão opte por nomear um Relator que elaborará o Relatório Final a aprovar pela Comissão, sugere-se a consulta da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.
4. Atento o número de subscritores da petição, não é obrigatório ouvir os peticionários perante a Comissão, nem a publicação da petição em Diário da Assembleia da República
5. Não é igualmente obrigatória a sua apreciação em Plenário ou debate na Comissão.

Palácio de São Bento, 17 de abril de 2024

A assessora da Comissão

  
(Joana Coutinho)